



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

---

**ACÓRDÃO Nº 1.303/2015**  
**(17.8.2015)**  
**RECURSO ELEITORAL Nº 755-73.2012.6.05.0028 – CLASSE 30**  
**ITABUNA**

---

RECORRENTE: Ministério Público Eleitoral.

RECORRIDA: Jenilda Santos da Silva.

PROCEDÊNCIA: Juízo Eleitoral da 28ª Zona.

RELATOR: Juiz Fábio Alexsandro Costa Bastos.

**Recurso eleitoral. Prestação de contas. Vereador. Eleições de 2012. Desaprovação. Ausência de documentos essenciais. Art. 51, IV, a da Res. TSE nº 23.376/2012. Contas não prestadas. Provimento.**

*1. Nos termos dos arts. 40, inciso XI e § 8º, e 51, IV, a da Res. TSE nº 23.376/2012, os extratos da conta aberta em nome do candidato, contemplando todo o período da campanha, são documentos de apresentação obrigatória e sua falta dá ensejo ao julgamento pela não prestação das contas, já que o promovente, intimado para saná-la, quedou-se inerte;*

*2. Recurso a que se dá provimento.*

Vistos, relatados e discutidos os autos acima indicados,

**ACORDAM** os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, à unanimidade, **DAR PROVIMENTO AO RECURSO**, nos termos do voto do Juiz Relator, adiante lavrado, que passa a integrar o presente Acórdão.

Sala das Sessões do TRE da Bahia, em 17 de agosto de 2015.

**LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE**  
**Juiz-Presidente**

**FÁBIO ALEXSANDRO COSTA BASTOS**  
**Juiz Relator**

**RUY NESTOR BASTOS MELLO**  
**Procurador Regional Eleitoral**

---

**RECURSO ELEITORAL Nº 755-73.2012.6.05.0028 – CLASSE 30**  
**ITABUNA**

---

**R E L A T Ó R I O**

Trata-se de recurso interposto pelo Ministério Público Eleitoral contra sentença proferida pelo Juízo Eleitoral da 28ª Zona, que desaprovou as contas da candidata ao cargo de vereador Jenilda Santos da Silva, alusivas ao pleito de 2012.

Em suas razões (fls. 43/49), o recorrente afirma que as contas encontram-se desprovidas de documentos imprescindíveis à sua análise – recibos eleitorais e extratos bancários –, apesar da oportunidade concedida à recorrida para que os apresentasse.

Ao final, requer o provimento do recurso, para que as contas sejam julgadas não prestadas.

Intimada, a candidata deixou transcorrer *in albis* o prazo para apresentar contrarrazões (fl. 51-v).

Instado, o eminente Procurador Regional Eleitoral opinou pelo provimento do recurso, no sentido de que sejam julgadas não prestadas as contas da recorrida (fls. 56/60).

É o relatório.

---

**RECURSO ELEITORAL Nº 755-73.2012.6.05.0028 – CLASSE 30**  
**ITABUNA**

---

**V O T O**

A análise dos autos revela que as contas da promovente, ora recorrida, devem ser julgadas não prestadas porquanto desprovidas de documentos e informações essenciais, cuja ausência obstaculiza a fiscalização dos recursos arrecadados e despesas realizadas na campanha eleitoral, sendo as peças faltantes imprescindíveis, inclusive, para aferição da ausência de movimentação financeira.

Com efeito, a obrigatoriedade da apresentação do extrato bancário da conta aberta em nome do candidato, contemplando todo o período da campanha, sob pena de serem as contas julgadas não prestadas encontra-se prevista no art. 40, inciso XI e § 8º, c/c art. 51, inciso IV, alínea *a* da Res. TSE nº 23.376/2012, como se pode aferir das respectivas transcrições. Vejamos:

*Art. 40. A prestação de contas, ainda que não haja movimentação de recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro, deverá ser instruída com os seguintes documentos:*

*XI – extratos da conta bancária aberta em nome do candidato, do comitê financeiro ou do partido político, nos termos exigidos pelo inciso III do art. 2º desta resolução, demonstrando a movimentação financeira ou a sua ausência;*

*§8º Os extratos bancários deverão ser entregues em sua forma definitiva, contemplando todo o período de campanha, vedada a apresentação de extratos sem validade legal, adulterados, parciais, ou que omitam qualquer movimentação financeira.*

*Art. 51. A Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas, decidindo (Lei nº 9.504/97, art. 30, caput):*

*IV – pela não prestação, quando:*

*a) não apresentadas, tempestivamente, as peças e os documentos de que trata o art. 40 desta resolução.*

Não é só. O § 1º do inciso IV do susomencionado art. 51 estabelece que “também serão consideradas não prestadas as contas quando elas estiverem desacompanhadas de documentos que possibilitem a análise dos

---

**RECURSO ELEITORAL Nº 755-73.2012.6.05.0028 – CLASSE 30**  
**ITABUNA**

---

recursos arrecadados e dos gastos de campanha e cuja falta não seja suprida no prazo de 72 horas, contado da intimação do responsável”.

Observe-se que o extrato bancário acostado à fl. 16 comprova a ausência de movimentação financeira somente no período abrangido entre 01/09/2012 e 17/10/2012, enquanto o documento de fl. 05 informa que a conta bancária foi aberta desde 17/07/2012.

Pois bem. Constatadas as omissões, a candidata em questão foi intimada para saná-las, deixando escoar o lapso prazal sem apresentar qualquer manifestação, restando violados, dessa forma, os preceitos normativos retro transcritos (fls. 28/30).

Tanto é suficiente para concluir que, ao deixar de apresentar os extratos bancários abrangendo todo o período da campanha a recorrida descumpriu normas cogentes do sistema jurídico eleitoral e, com isso, inviabilizou a atividade fiscalizatória da Justiça Eleitoral, impossibilitando a aferição da veracidade das informações prestadas.

À vista disso, entendo que a situação narrada nos presentes fólios enseja, nos termos do art. 51, inciso IV da Resolução TSE nº 23.376/2012, a declaração das contas como não prestadas.

Ante o exposto, em harmonia com o parecer ministerial, voto no sentido de que seja dado provimento ao recurso para reformar a sentença de primeiro grau, julgando não prestadas as contas da recorrida.

É como voto.

Sala das Sessões do TRE da Bahia, em 17 de agosto de 2015.

**Fábio Alessandro Costa Bastos**  
**Juiz Relator**